

OAB discorda do projeto oficial

Brasília — A ordem dos Advogados do Brasil é inteiramente contra o anteprojeto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte que o Governo apresenta hoje e, por duas vezes, tentou dizer isso ao Presidente da República, sem conseguir marcar uma audiência. Em telefonemas a partir do dia 12 e em telegramas de 20 e 24 deste mês, o presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta, pediu que o Ministro José Hugo Castelo Branco, Chefe do Gabinete Civil, marcasse essa audiência, mas foi inútil.

A última tentativa de a OAB fazer o Presidente da República conhecer sua posição foi feita ontem, quando Hermann Baeta levou ao Ministério da Justiça e entregou ao secretário-geral, José Paulo Cavalcante Filho, um documento de quatro páginas, em que o órgão se diz contra a transformação do Congresso a ser eleito em 1986 em Assembleia Constituinte. A OAB discorda também de que, elaborada a nova Constituição, esses parlamentares mantenham seus mandatos de deputados e senadores.

O documento considera também inaceitável a nomeação pelo Governo de uma comissão constitucional destinada a elaborar um anteprojeto de Constituição, mas considera conveniente que os partidos e outras entidades representativas da sociedade civil apresentem projetos próprios à Constituinte.

A exemplo do que prega o Partido dos Trabalhadores, a OAB quer que a Assembleia Constituinte seja eleita e instalada em janeiro ou fevereiro do próximo ano, mantendo-se o atual Congresso legislando ordinariamente, mas à distância dos trabalhos constituintes. Na elaboração da nova Constituição, a Assembleia Constituinte diria se o parlamento ainda seria bicameral e marcaria, ou não, eleições para renová-lo.

O principal argumento invocado por Hermann Baeta para essa tese é o de que a Constituinte precisa resolver problemas urgentes, como o modelo econômico nacional, as relações entre trabalhadores e patrões e os limites da segurança nacional.